FUNCCIONARIO PÚBLICO — DIARIAS DE BRASÍLIA — DECISÃO
JUDICIAL

— Interpretação da Lei n.º 4.019, de 20 de dezembro de 1961;
idem da Lei n.º 4.439, de 30 de outubro de 1964.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO Nº 2.600-67

PARECER

Neste processo, encaminhado pelo Serviço de Pessoal da Fazenda a este Departamento, constitui objeto de dúvida o exato alcance do despacho presidencial exarado na Exposição de Motivos nº 814, de 31 de outubro de 1966, do Ministério da Fazenda e publicado no *Diário Oficial* de 4 e 9 de novembro subsequente, que estendeu "aos titulares de situações individuais idênticas" os benefícios do Mandado de Segurança nº 15.145, concedido pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, a José Camelo da Costa Júnior e outros, em sessão de 1 de novembro do mesmo ano.

2. Trata-se de decisão administrativa gerada de uma proposição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em processo no qual os Assistentes jurídicos em exercício na Consultoria-Geral da República requeriam que lhes fossem estendidas as vantagens decorrentes da interpretação judicial consubstanciada naquele julgado da Alta Corte.

3. Os termos do aludido despacho presidencial e os da concessão do *writ* ensejaram dúvidas quanto aos verdadeiros beneficiários do ato administrativo que, evidentemente fundado no princípio da isonomia, generalizou os efeitos da decisão ju-

dicial que contemplara alguns dos integrantes do Serviço Jurídico da União e das Autarquias.

4. Fara prevenir abuso no cumprimento do despacho presidencial, o Gabinete Civil da Presidência da República, através da Circular nº 12, de 22 de dezembro de 1966, determinou que todos os órgãos da Administração lhe encaminhassem informações detalhadas sobre os pagamentos que houvessem realizado com base no aludido ato.

5. O Ministro da Viação e Obras Públicas fez presente, então, à Presidência da República o Parecer número B-135-H-66, da ilustrada Consultoria Jurídica do mesmo Ministério, consubstanciando o entendimento segundo o qual a todos os que vinham percebendo o abono de 70% instituído pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e deixaram de percebê-lo a partir de 1 de junho de 1964 em virtude do anterior entendimento da Administração, se tornou devido o pagamento do mesmo abono pelo período de 1 de junho a 30 de outubro de 1964, na conformidade dos termos da decisão do Excelso Pretório, ao ensejo do julgamento do mencionado Mandado de Segurança nº 15.145, cujos efeitos foram generalizados pelo despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

6. Segundo o referido Parecer, aos membros do Ministério Público Federal e aos integrantes do Serviço Jurídico da União e das Autarquias então lotados em Brasília, tornou-se reconhecido, ainda, o direito de terem as "diárias" da Lei nº 4.019, de 1961, recalculadas para incidirem sobre aquele abono até a data da Lei nº 4.439, de 1964.

7. Chamada a pronunciar-se, a douta Consultoria-Geral da República emitiu o Parecer nº 467-H, de 24 de janeiro de 1967, que, após ser aprovado por despacho presidencial, teve publicação no *Diário Oficial* de 21 de fevereiro último, págs. 2.109-10.

8. Nesse Parecer, de que emana a orientação normativa do Governo sobre a matéria, o alto órgão de consulta jurídica acolhe e ratifica as conclusões da Consultoria Jurídica do Ministério da Viação e Obras Públicas.

9. Como se vê do item 14 do citado Parecer nº 467-H, da Consultoria-Geral da República, a decisão administrativa, no caso, não estendeu propriamente a decisão judicial, mas em verdade acolheu, para aplicá-lo sem discriminação no âmbito da Administração Pública Federal, o critério estabelecido pelo Poder Judiciário quanto à vigência daquele abono de 70% instituído pelo art. 5º da Lei número 4.242, de 1963, bem como quanto à repercussão do mesmo abono no cálculo das "diárias de Brasília".

10. Logo, do contexto do citado Parecer normativo, como do Parecer da Consultoria Jurídica do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas, extrai-se clara orientação no sentido de que cabe pagar como atrasados, na forma da lei, o abono de 70% da Lei nº 4.242 de 1963, segundo os cálculos constantes do Parecer da Comissão instituída pelo Decreto nº 53.662, de 4-3-64, in *Diário Oficial* de 17-8-64 — págs. 7.293-7 a quantos deixaram de receber o citado abono desde 1 de junho de 1964 até 30 de outubro do mesmo ano.

11. A essas parcelas de atrasados — correspondentes ao período decorrido desde a data em que a Administração sustou o pagamento do aludido abono por considerá-lo revogado — 1 de junho de 1964 — até a data em que agora vem a reconhecer efetivamente revogado pela Lei número 4.439 — 30 de outubro de 1964 — passaram a fazer jus, então, todos os que, satisfazendo à época as condições legais para a percepção da vantagem, deixaram de percebê-la por força da orientação normativa reformada com o despacho presidencial na Exposição de Motivos nº 814, de 31 de outubro último do Ministério da Fazenda.

12. Se, como se extrai dos Pareceres referidos, ocorreu em verdade revisão da orientação administrativa até então vigente com referência ao limite de vigência daquele abono que não se instituíra apenas para os Membros do Ministério Público Federal e integrantes do Serviço Jurídico da União e das Autarquias que tivessem exercício em Brasília, é óbvio que ao pa-

gamento de atrasados nos limites do item anterior fazem jus quantos estivessem habilitados a perceber a vantagem, no período de referência, qualquer o local de exercício.

13. Com referência ao outro item da ordem judicial e conseqüente adaptação da orientação administrativa — a repercussão do aludido abono no cálculo das “diárias de Brasília” — é que se impõe, obviamente, a exclusão daqueles funcionários em exercício fora da Capital Federal.

14. Submeto à consideração do Senhor Diretor-Geral, propondo a restituição do processo ao Serviço do Pessoal da Fazenda.

Brasília, 7 de abril de 1967. — *Paulo César Cataldo*, Diretor da Divisão do Regime Jurídico do Pessoal.

De acôrdo.

Ao Ministério da Fazenda.

Em 10 de abril de 1967. — *Belmiro Siqueira*, Diretor-Geral.